

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL  
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 4ª Reunião Conjunta da CT-RN e da CT-Rural - 21/08/2020 – 9 às 12 h

Reunião por videoconferência

Membros presentes CT-RN	
Entidade	Representante
AAMHOR	Ney Pinto França (T)
AEAA Atibaia e Região	Paulo Eduardo Mamede
APTA	Cláudia Mira Attanasio (T)
ASSEMAE	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S) Amanda Alves de Lima (S) Gustavo Arthur Mechlin Prado (S)
CDRS	Henrique Bellinaso (T) Denis Herisson da Silva (S)
CONIRP	Roberto Mario Polga
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T)
DAAE Rio Claro	Matheus Henrique Gonçalves (S) Miguel Madalena Milinski (S)
DAE Jundiá	Maria Carolina H D e Simões (T)
DAE Sta Bárbara d'Oeste	Mônica Tortelli (T)
Fund. José Pedro de Oliveira	Cristiano Krepsky (T)
Fundação Florestal	Luiz Sertório Teixeira (T)
INEVAT	Claudia Grabher (T)
IZ/APTA	João José A A Demarchi (T)
Jaguatibaia	Luiza Ishikawa Ferreira (S)
Mackenzie Campinas	Rosani Franco de Faria Novaes (T) Jorge Luiz Paixão Filho (S) José Geraldo R Bueno (S)
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric A Santos (T)
P.M. de Jaguariúna	Pâmela Bartulic Tieppo (S)
P.M. de Jarinu	Beatriz Alves Bonfim (T)
P.M. de Jundiá	Ana Maria M R P Pires (T)
P.M. de Nova Odessa	
P.M. de Piracicaba	Felipe Dias Pacheco Vieira (T) Juliana Gonçalves Grangnani (S)
P.M. de Rio Claro	Roberto Foresti Júnior
PUC Campinas	Duarcides Ferreira Mariosa (T)
SAA	Henrique Bellinaso (T) Denis Herisson da Silva (S)
SANASA	Natália de Freitas Colesanti Perlette (S) Amanda Alves de Lima (S) Gustavo Arthur Mechlin Prado (S)
SIMA/CFB	Natalia Gomes Fernandes (T)
Suprema	Franciscus J Maria Schoenmaker (T)

Membros Ausentes (Entidades)
Associação Renovar
DAEE
IPT
P.M. de Campinas
P.M. de Campo Limpo Pta
P.M. de Cordeirópolis
P.M. de Hortolândia
P.M. de Itatiba
P.M. de Itupeva
P.M. de Joanópolis
P.M. de Limeira
P.M. de Paulínia
P.M. de Salto
P.M. de Várzea Pta
P.M. de Vinhedo
SAAE Indaiatuba
SABESP
SIOMBiOSE
UNICAMP/IB

Membros presentes CT-Rural	
Entidade	Representante
AFOCAPI	Rodrigo Cristofolletti (T)
ASSEMAE	Luís Cláudio de Assist (T)
Associação Vale Verde	João Primo Baraldi (S)
CDRS	Denis Herisson da Silva (T) Henrique Bellinaso (S)
CMDR – Rio Claro	Adirde da Silva (T) Melissa Pin Lucheti Sampaio (S)
Cooperativas de Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (T) Fernando Ruitter (S)
DAAE Rio Claro	Miguel Madalena Milinski (T) Mariana de Castro Chagas (S)
COPLACANA	Rodrigo Cristofolletti (S)
Geoblue	Leandro Silva (T)
IAC	Isabela Clerici de Maria (T)
IP/APTA	Simone Raymundo de Oliveira (T) João José A A Demarchi (S)
IPÊ	Fabrcio Rogério Castolini (T)
IZ/APTA	Simone Raymundo de Oliveira (T) João José A A Demarchi (S)
Mackenzie Campinas	Rosani Franco de Faria Novaes (T) Jorge Luiz Paixão Filho (S) José Geraldo Romanello Bueno (S)
P.M. de Charqueada	Marcelo Eric de Almeida Santos (T)

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 4ª Reunião Conjunta da CT-RN e da CT-Rural - 21/08/2020 – 9 às 12 h

*Reunião por videoconferência*

P.M. de Itatiba	Ricardo Pires Staningher (T)
P.M. de Jaguariúna	Pâmela Bartulic Tieppo (S)
P.M. de Jarinu	Beatriz Alves Bonfim (S)
P.M. de Limeira	Meire Menezes Bassan (T)
P.M. de Rio Claro	Miguel Madalena Milinsk (T)
P.M. de Salto	Carlos Manoel N Faria (T)
SAA	Denis Herisson da Silva (T) Henrique Bellinaso (S)
SANASA	Luís Cláudio de Assist (T)
SIMA/CFB	Maitê de Souza Sandoval (T) Natalia Gomes Fernandes (S)
SR Campinas	Luís Fernando Amaral Binda (T) João Primo Baraldi (S)
SR Indaiatuba	Wilson Tomaseto (T) João Primo Baraldi (S)
SR Jundiá	Luís Fernando Amaral Binda (T)
SR Limeira	Nilton Piccin (T)
SR Mogi Mirim	Carlos Antonio Pereira (S)
SR Monte Mor	Luís Fernando Amaral Binda (S)
SR Piracicaba	Rodrigo Cristofolletti (S)
SR Rio Claro	João Primo Baraldi (T) Ricardo José Schmidt (S)
SR Salto	José Ricardo M de Siqueira (T) João Primo Baraldi (S)
UNESP/IGCE	Gilda Carneiro Ferreira (T)

Membros Ausentes (Entidades)
COOTA
Instituto Agir Ambiental
Instituto Terra Mater
P.M. de Analândia
P.M. de Atibaia
P.M. de Campinas
P.M. de Capivari
PM Cordeirópolis
P.M. de Joanópolis
P.M. de Saltinho
P.M. de Toledo
Pró Flor Atibaia
Rotary International - D4590
SEMAE
SINDICAL
SR Bragança Pta
SR Capivari
SR Charqueada
SR Itu
SR Piracaia
SR Serra Negra

SR Tietê
SR Valinhos
SINMEC
SUCEN - Campinas
Terceira Via
UNICA

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Ouvintes/Inscritos	
Entidade	Representante
Agência PCJ	Rebeca Cristine Ferreira da Silva Marcos Eduardo Cazzonato Marina Peres Barbosa Mateus de Oliveira Ismael Tiago Georgette Bruno Aranda Patrícia Barufaldi Kaique Barretto Fabio Coca Felipe Requena Ivan Gerdzijauskas Leonardo Lucas Baumgratz
CDRS Nova Odessa	Andre Luiz X de Macedo Barreto
IPÊ	Simone F Tenório Pereira Linares
P.M. de Joanópolis	Luiz Gusson
P.M. de Salto	Rodrigo Henrique Antunes
SANASA (CT-EA)	Ana Lúcia Floriano Rosa Vieira
TNC	Henrique Bracale
UNICAMP	André Luis Sotero S Martim

**1. Pauta:** A pauta, a convocação da reunião e os documentos anexos eventualmente necessários foram enviados antecipadamente por mensagem eletrônica no dia 14/08/20 para apreciação e sugestões de todos os membros; **2. Abertura da 4ª Reunião Conjunta da CT-RN e CT-Rural e da 4ª Reunião Extraordinária do GT-Mananciais (item 1 da pauta):** o Sr. Henrique Bellinaso (Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável - CDRS), coordenador do GT-Mananciais fez a abertura da reunião, agradecendo a presença de todos e ressaltando a importância da apreciação do edital pelos Comitês PCJ já no ano de 2020. Na sequência, passou a palavra para o Sr. João Primo Baraldi (Sindicato Rural de Rio Claro), coordenador da Câmara Técnica de Uso e Conservação da Água no Meio Rural (CT-Rural), que agradeceu a presença de todos, ressaltando a importância que a Política de

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 4ª Reunião Conjunta da CT-RN e da CT-Rural - 21/08/2020 – 9 às 12 h

### *Reunião por videoconferência*

Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais dos Comitês PCJ – Política de Mananciais PCJ pode gerar para a preservação dos recursos hídricos e apoio à comunidade da área rural. Na sequência, o Sr. João Demarchi (Instituto de Zootecnia e Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios - IZ/APTA), coordenador da Câmara Técnica de Conservação e Proteção de Recursos Naturais (CT-RN), agradeceu a presença de todos e relatou sobre a importância que o GT-Mananciais tem gerado como as parcerias com instituições como a SOS Mata Atlântica que têm gerado maior aporte de recursos extras além dos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Relatou também sobre os trabalhos realizados em parceria com a Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS) com apoio ao produtor rural com adequação da propriedade e produção sustentável, mas que junto de outras instituições estaduais que são entidades que estão sofrendo com reorganizações realizadas pelo Governo do estado de São Paulo com ações com pouco diálogo, e que esses trabalhos de apoio destas instituições não podem parar. **3. Secretaria / Informes:** o Sr. João Demarchi relatou sua participação como convidado na webinar da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária (ABES) no dia 23/07/20 em que tratou sobre o tema “Política de Recuperação, Conservação e Proteção de Mananciais no âmbito dos Comitês PCJ”. Aproveitando a pertinência do assunto abordado com a pauta desta reunião, ele apresentou sobre o histórico do processo de construção da Política de Proteção aos Mananciais, sobre a realidade das Bacias PCJ, com as influências da transposição das águas no Sistema Cantareira que recebe água da Bacia do Paraíba do Sul e envia água para a Bacia do Alto Tietê. Relatou também sobre as dificuldades de oferta de recursos hídricos para a comunidade das Bacias e os trabalhos que geraram esta Política que busca financiar e criar medidas de apoio conservação dos mananciais. Discutiu também sobre a importância de se debater as infraestruturas verdes em complemento aos trabalhos já realizados em infraestruturas cinzas bastante trabalhadas pelos Comitês PCJ. Explicou que a Política de Mananciais foi um processo de evolução a partir dos trabalhos realizados pelo Plano Diretor de Restauração Florestal das Bacias PCJ (PDRF-PCJ) e dos sucessivos

Planos de Bacias dos Comitês PCJ. E a Política de Mananciais propiciou que muitos membros pudessem participar da sua construção, influenciando e inserindo ações na renovação do atual Plano de Bacias PCJ para os anos de 2020 a 2035. Explicou também que a Política é formada por 5 (cinco) programas sendo eles: I. Recuperação de áreas de interesses (Projetos e adequação ambiental de propriedades rurais); II. Pagamentos por serviços ambientais PSA PCJ (estratégia de sustentabilidade e governança); III. Áreas sujeitas à restrição de uso com vistas à proteção dos recursos hídricos; IV. Proteção da Mata Atlântica e Cerrado (proteção de biomas); e o V. Definição de indicadores e de monitoramento da gestão de recursos hídricos (em desenvolvimento). Apresentou a estrutura dos GTs com o apoio da Agência PCJ, que tem como foco a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade e visão sistêmica de interação das CTs, sendo elas, CT-RN, CT-Rural, CT-EA e CT-ID. Reforçou que a microbacia hidrográfica é a unidade básica de gestão contando com o apoio das Prefeituras Municipais abrangidas e outras instituições pertencentes àquelas regiões. Além do foco na microbacia, há a atenção também para que o produtor rural desenvolva a visão integral da propriedade, envolvendo tanto os aspectos econômicos, como os aspectos ambientais de integração à paisagem. Na sequência, apresentou a estrutura dos Programas Estruturantes para os Programas I, II, III e IV. Os projetos aprovados nos Programas passam a constar no Banco de Áreas e de Projetos dos Comitês PCJ (<https://mapas.agenciapcj.org.br/portal>) para serem financiados por recursos da cobrança e ou por parcerias com outras instituições. Assim, o trabalho da Política de Mananciais busca a visão integrada, de uma Paisagem Única tanto da zona urbana como a rural. Por fim, apresentou o projeto piloto aplicado no município de Holambra/SP, os novos projetos financiados pelos Programas I e II e a iniciativa da parceria realizada com o Ministério Público para uso dos recursos provenientes de programa de compensações do prolongamento da Rodovia dos Bandeirantes e que será usado para recuperação ambiental dos municípios impactados pela obra. Após a apresentação, o Sr. Roberto Polga, representante do Consórcio Intermunicipal do Ribeirão Pirai (CONIRPI), questionou sobre a definição de

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL  
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 4ª Reunião Conjunta da CT-RN e da CT-Rural - 21/08/2020 – 9 às 12 h

*Reunião por videoconferência*

propriedade legalizada e sobre como é realizada a prestação de contas de recursos gerenciados pelo Ministério Público. O Sr. Demarchi respondeu que na apresentação, a ideia de propriedade legalizada seria a propriedade com Cadastramento Ambiental Rural (CAR), passo mínimo requerido pelo Código Florestal (Lei 12.651/2012). Quanto aos recursos, o Sr. Demarchi franqueou a palavra ao Sr. Luiz Sertório, representante da Fundação Florestal, que explicou que o recurso teve seu início em uso com produtores de Cordeirópolis/SP para realização de Projetos Integrais de Propriedade (PIP) nas propriedades, por meio de empresa contratada por licitação. Informou também que já há levantamentos sendo realizados no município de Limeira/SP com equipe própria. Explicou também que há todo um processo de interlocução para uso dos recursos e que o mesmo será acompanhado pelos órgãos competentes. Em réplica, o Sr. Polga questionou quem pode apoiar o produtor rural para realizar o CAR. A Sra. Meire Bassan, coordenadora-adjunta do GT-Mananciais e representante da Prefeitura Municipal de Limeira/SP, explicou que as prefeituras e as unidades da CDRS podem apoiar na elaboração do CAR com os produtores que enfrentem dificuldade em como realizar. O Sr. Wilson Tomazeto, representante do Sindicato Rural de Campinas, ofereceu apoio para o Sr. Polga de forma a poder apoiar os produtores de Indaiatuba/SP para regularizar as propriedades. Na sequência, a Sra. Simone Tenório, representante do Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ), informou que o volume de áreas declaradas no CAR é maior que a área real, mostrando o volume de trabalho a ser realizado ainda e também falou sobre o apoio que deve ser oferecido aos produtores rurais para melhor uso econômico e ambiental da área, por conta de evitar o avanço da especulação imobiliária nas áreas, principalmente de mananciais. **4. Edital 2020/2021 da Política de Mananciais – Programas I e II: (item 3 da pauta):** dando prosseguimento a reunião, o Sr. Demarchi convidou a Srta. Marina Barbosa, assessora da Assessoria Ambiental da Agência PCJ, para apresentar a proposta do edital. A Srta. Marina agradeceu a palavra e iniciou a apresentação informando que o edital é referente o ano de 2020, e informou também que são elegíveis no edital os Programas I e II da Política de

Mananciais. Informou também que são objetos possíveis de financiamentos no Programa I a elaboração de PIPs em áreas de interesse de abastecimento público, e também a execução das intervenções como cercamento e reflorestamento das áreas com diagnóstico realizado. Projetos contemplados terão as empresas executoras contratadas diretamente pela Agência PCJ. Informou que os proponentes não terão que apresentar orçamentos dos trabalhos e sim, as áreas, já que a Agência PCJ possui método próprio de cálculo dos orçamentos. Já para o Programa II, são objetos de possíveis de financiamentos o cercamento e reflorestamento por meio de Programa de Pagamentos de Serviços Ambientais (PSA) em todos municípios que possuem toda sistemática como lei, fundo e controle social; há também a possibilidade de financiamento de Unidade Coordenadora de Execução (UCE), unidade que presta serviço de acompanhamento e monitoramento de PSAs implantados nos municípios; e há a possibilidade de buscar recursos financeiros para serem pagos aos produtores participantes do PSA como incentivo econômico, sendo que neste objeto o valor mínimo de ser pleiteado é de R\$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) e que o tomador, que pode ser o município, deve oferecer valor de contrapartida igual ou superior em tempo mínimo não maior que 2 (dois) anos. Quanto ao calendário, a Srta. Marina informou que a proposta é que ele ocorra a partir de janeiro de 2021, tendo as fases de lançamento do edital, inscrição de áreas e propostas, análises técnicas e de viabilidade financeira, períodos de complementações solicitadas e analisadas, divulgação, recursos, emissão de declaração de adequação técnica e entrega de documentação para assinatura junto à Caixa Econômica Federal, agente técnico e financeiro de recursos da cobrança federal pelo uso de recursos hídricos. O calendário proposto pelo edital é o seguinte: de 25/01/2021 (segunda-feira) a 26/02/2021 (sexta-feira) - inscrição de áreas e de propostas, na Agência das Bacias PCJ, para análise do mérito pela CT-RN e CT-Rural e análise técnica e de viabilidade financeira pela Agência das Bacias PCJ, com a entrega dos documentos constantes dos Anexos desta deliberação; de 01/03/2021 (segunda-feira) a 19/03/2021 (sexta-feira) - análise técnicas e de viabilidade financeiras das áreas e propostas: pela

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



## CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 4ª Reunião Conjunta da CT-RN e da CT-Rural - 21/08/2020 – 9 às 12 h

### Reunião por videoconferência

Agência das Bacias PCJ, pelas Câmaras Técnicas de Proteção e Conservação dos Recursos Naturais – CT-RN e de Uso e Conservação da Água no Meio Rural – CT-Rural; 22/03/2021 - divulgação dos resultados da pré-qualificação, na internet; de 23/03/2021 (terça-feira) a 31/03/2021 (quarta-feira) - período de entrega de complementações solicitadas para aqueles empreendimentos pré-qualificados; de 01/04/2021 (quinta-feira) a 09/04/2021 (sexta-feira) - período para análise das complementações; 12/04/2021 (segunda-feira) - divulgação dos resultados finais, na internet; de 14/04/2021 (quarta-feira) a 16/04/2021 (sexta-feira) - período de apresentação de recurso; 07/05/2021 (sexta-feira) - reunião da CT-PL para análise de eventuais recursos apresentados; até 10/05/2021 (segunda-feira) - emissão de Declaração de Adequação Técnica e Financeira, pela Agência das Bacias PCJ em ordem decrescente de pontuação recebida; de 02/07/2021 (sexta-feira) a 16/07/2021 (sexta-feira) - entrega da documentação para assinatura de contrato conforme exigências e padrões da Caixa Econômica Federal, para os empreendimentos classificados no Programa II, conforme Anexo III. Após a apresentação, o Sr. Demarchi explicou que o grupo trabalha com as propostas de ter um cronograma anual de editais para criar a perenidade do processo e também com as buscas de outras fontes para financiar as infraestruturas verdes. Reforçou também a importância de haver articulação das instituições regionais para articular os grupos de governanças locais. Após estas explanações, abriu para dúvidas dos membros. O Sr. Henrique Bracale, representante da *The Nature Conservancy* (TNC), questionou se há a possibilidade de financiar programas de monitoramento hidrológico com os recursos do edital. A Srta. Marina respondeu que há a possibilidade de financiamento como UCE no Programa II. Na sequência, o Sr. Miguel Milinski, representante do Departamento Autônomo de Água e Esgoto de Rio Claro (DAAE de Rio Claro) e da Prefeitura Municipal de Rio Claro/SP (PM de Rio Claro), questionou se há a possibilidade de financiamento de uma segunda área a ser financiada no mesmo município ou UGP. A Srta. Marina respondeu que se for área complementar, ou seja, que não foi financiada ainda, pode ser inscrita. Na sequência, o Sr. Marcelo Santos, representante da

Prefeitura Municipal de Charqueada/SP (PM de Charqueada), questionou sobre a execução de uma nova fase de treinamentos para os técnicos das Prefeituras Municipais para compreender as fases e documentos necessários, principalmente considerando que o ano de 2021 será de troca de prefeitos e que gera grande renovação dos técnicos. Em resposta a Srta. Marina respondeu ao Sr. Marcelo que uma nova rodada de formações está planejada quando o edital estiver aprovado. O Sr. Petrus Weel, coordenador-adjunto da CT-RN e representante da Cooperativas de Holambra, solicitou confirmação se os municípios mineiros estarão inclusos no novo edital. A Sra. Marina respondeu que sim, pois este novo edital não contém nenhuma exceção de participação de algum município, ao contrário do edital anterior que excluía os municípios mineiros por conta da participação em outros projetos contidos no Plano de Aplicação Plurianual (PAP) de aplicação da Cobrança Federal. Após os esclarecimentos, o Sr. Demarchi, coordenador da CT-RN, juntamente com o Sr. Baraldi, coordenador da CT-Rural, e do Sr. Henrique Bellinaso, coordenador do GT-Manancial, colocaram em votação a minuta do Edital 2020/2021 da Política de Mananciais PCJ – Programas I e II, que foi aprovada por unanimidade. Após a aprovação, o Sr. Miguel Milinski, do DAAE Rio Claro e PM Rio Claro, questionou se haveria a necessidade de inserir a data da próxima Reunião da Câmara Técnica de Planejamento (CT-PL). O Sr. Tiago Georgette, assessor da Coordenação de Apoio ao Sistema de Gestão de Recursos Hídricos da Agência PCJ, explicou que a próxima reunião ordinária estará agendada para o dia 06/11/20, sendo que se houver uma reunião extraordinária, o edital poderá constar na pauta conforme autorização de inserção na pauta pelo secretário-executivo; **5. Comentários finais / Palavra Aberta (item 4 da pauta):** A Sra. Meire Bassan questionou aos membros se haveria informes, sendo que: **a)** a Sra. Marina Barbosa (Agência PCJ), solicitou a palavra para informar que foram realizadas as assinaturas dos projetos do Programa II dos editais anteriores que foram assinados os contratos de 5 (cinco) projetos com os municípios de Jaguariúna/SP (UCE; R\$144.250,00 - cento e quarenta e quatro mil e duzentos e cinquenta reais), Jundiá/SP (UCE e

# Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-Rural: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E USO DA ÁGUA NO MEIO RURAL  
CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE PROTEÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 4ª Reunião Conjunta da CT-RN e da CT-Rural - 21/08/2020 – 9 às 12 h

*Reunião por videoconferência*

Incentivo econômico; R\$183.926,32 - cento e oitenta e três mil e novecentos e vinte e seis reais e trinta e dois centavos), Limeira/SP (Incentivo econômico; R\$44.933,75 - quarenta e quatro mil e novecentos e trinta e três reais e setenta e cinco centavos), Piracaiá/SP (Incentivo econômico; R\$74.571,06 - setenta e quatro mil e quinhentos e setenta e um reais e seis centavos) e Piracicaba/SP (Restauração; R\$636.531,74 - seiscentos e trinta e seis mil e quinhentos e trinta e um reais e setenta e quatro centavos). O total de repasses foram de R\$1.084.212,55 (um milhão, oitenta e quatro mil, quinhentos e setenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), valor da cobrança PCJ Federal constante do PAP-PCJ 2017-2020, tendo contrapartida financeira dos municípios tomadores no valor de R\$ 158.410,68 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e dez reais e sessenta e oito centavos), sendo que esses valores de contrapartidas foram de projetos de PSA. Informou também que todos os contratos foram assinados até o dia 14/08/20, prazo limite para assinatura de novos contratos por conta do período eleitoral de 2020; **b)** o Sr. Luiz Sertório (Fundação Florestal), relatou o cuidado de todos que serão necessários com o apoio de todos para acompanhar e questionar o projeto de lei nº 529/2020 do Governo do Estado de São Paulo, que “estabelece medidas voltadas ao ajuste fiscal e ao equilíbrio das contas públicas e dá providências correlatas” e que quer reestruturar as unidades da CDRS, Instituto de Geológico (IG), Instituto de Botânica (IB), Instituto Florestal (IF) entre outras, o que poderá prejudicar o trabalho realizado de extensão rural se as unidades das Casas de Agriculturas forem encerradas, já que os municípios não terão recursos para custear esse importante serviço. O Sr. Baraldi, (SR Rio Claro), corroborou a importância de contestar este projeto de lei que trará muitos riscos para a produção agrícola. O Sr. Demarchi chamou a atenção para que as instituições auxiliem na ampliação das vozes para defender as instituições que estão em risco conforme o dito projeto de lei; **c)** A Sra. Marina Barbosa (Agência PCJ), informou que também é necessária a atenção de todos para as discussões referentes à possibilidade de não haver a cobrança pelo uso dos recursos hídricos em rios de domínio da União, que será pauta para a

próxima reunião do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) planejada para o dia 25/08/2020. **6. Encerramento (item 5 da pauta):** Não havendo mais itens a deliberar, o Sr. João Demarchi (IZ/APTA) informou que com a aprovação do edital, o mesmo será encaminhado pelas coordenações da CT-RN e CT-Rural para à Secretaria Executiva para ser apreciado na CT-PL e agradeceu a presença de todos, encerrando a reunião às 12 h, desejando a todos um bom dia.

---

*João Primo Baraldi*  
Coordenador da CT-Rural

---

*João José Assumpção de Abreu Demarchi*  
Coordenador da CT-RN